

# MARX E ECOLOGIA: UMA CRÍTICA AO CAPITALISMO VERDE

## MARX AND ECOLOGY: A CRITIQUE OF GREEN CAPITALISM

Artigo recebido em: 10/23/2025

Artigo aceito em: 1/23/2026

**Maurício Miguel de Morais\***

\*Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) - campus Alfenas, Passos, Minas Gerais, Brasil  
[mauricio.2142409@discente.uemg.br](mailto:mauricio.2142409@discente.uemg.br)

**Fernando Lopes Ferraz Elias\*\***

\*\*Faculdade de Direito de Franca (FDF), Franca, São Paulo, Brasil  
[fernandoelias2006@hotmail.com](mailto:fernandoelias2006@hotmail.com)

The authors declare that there is no conflict of interest

### Resumo

O presente trabalho analisa o capitalismo verde, ou seja, a face ecológica do capital, que é a tentativa de conciliar o desenvolvimento sustentável com a obtenção de lucro. Ademais, constata-se a impossibilidade do capitalismo de cessar as crises ambientais, não obstante a criação de projetos sustentáveis. Para tanto, a partir do método dedutivo, investiga-se na literatura pertinente a relação do pensamento marxista com a ecologia e, também, a (in)coerência do capitalismo verde com as crises ambientais. Desse modo, mediante uma abordagem marxista sobre a exploração da natureza, o estudo evidencia que a perpetuação dos interesses da burguesia, por meio da alienação, mascara os problemas ambientais, inerentes à lógica do acúmulo de capital, numa tentativa de coadunar princípios de livre mercado com uma exploração sustentável da natureza. Diante disso, chega-se à conclusão de que o capitalismo verde não é capaz de solucionar as crises ambientais, pois resta clara a contradição entre exploração sustentável e sistema capitalista.

**Palavras-chave:** Marxismo. Meio Ambiente. Capitalismo Verde.

### Abstract

*This paper analyzes green capitalism, that is, the ecological face of capital, which is the attempt to reconcile sustainable development with profit-making. Furthermore, it is observed that it is impossible for capitalism to end environmental crises, despite the creation of sustainable projects. To this end, based on the deductive method, the relevant literature is examined regarding the relationship between Marxist thought and ecology, as well as the (in)coherence of green capitalism with environmental crises. Thus, through a Marxist approach to the exploitation of nature, the study highlights that the perpetuation of bourgeois interests, through alienation, masks environmental problems inherent in the logic of capital accumulation, in an attempt to reconcile free market principles with sustainable exploitation of nature. In view of this, it is concluded that green capitalism is not capable of solving environmental crises, as the contradiction between sustainable exploitation and the system remains clear.*

**Keywords:** Marxism. Environment. Green Capitalism

## 1 INTRODUÇÃO

O estudo partiu da premissa de que o capitalismo possui como caráter uma exploração da natureza insustentável, logo, apesar da tentativa de modificá-lo para



atender as demandas ambientais (capitalismo verde), os interesses capitalistas revelam-se incapazes de inibir as crises do meio ambiente.

Para esses problemas, a sociedade burguesa é incapaz de uma correta proposta, o que sinaliza o quanto essa sociedade já não pode solucionar de forma progressista e humanizadora os problemas que ela mesma gera.

## 2 DESENVOLVIMENTO

Todas as mazelas da sociedade europeia resultante da Revolução Industrial e da Revolução Francesa (miséria, desigualdade e violência) são próprias do capitalismo<sup>1</sup>, ou seja, são elementos estruturais desse sistema.

Na concepção materialista da história, o que move a história é a luta de classes (motor da história). Essa é a “lei geral” que rege a sociedade, para Marx.

A concepção de trabalho em Marx compreende: (i) a produção material da sobrevivência humana, em outras palavras, a interação do homem com a natureza, que produz a materialidade, isto é, todos os objetos de que necessita; (ii) as relações sociais, que transformam o homem (Paixão, 2023).

O conjunto das relações sociais de produção (formas de propriedade, de distribuição de divisão do trabalho, ...) constitui a estrutura econômica da sociedade, que condiciona a sociedade. Isso Marx chama de materialismo histórico ou concepção materialista da história.

O modo de produção capitalista apresenta, de um lado, donos dos meios de produção (máquinas, ferramentas, terras, capital) necessários para transformar a natureza e produzir mercadorias, do outro, aqueles que possuem como propriedade apenas a sua força de trabalho (Lakatos; Marconi, 2022).

A satisfação material das necessidades dos indivíduos que compõem a sociedade é obtida a partir da interação humana com a natureza, que a transforma, por meio do trabalho.

---

<sup>1</sup> De acordo com Singer (2000), o capital existe desde que o homem passou a usar machado de pedra e outros instrumentos igualmente rudimentares. Portanto, o capital é, na verdade, muito mais antigo que o capitalismo na história da humanidade. O fenômeno humano é produto de um processo histórico de larguíssimo curso e que a visibilidade do ser social, como inteiramente diverso do ser natural, é relativamente recente, data de pouco mais de dois séculos e meio, quando o modo de produção capitalista se consolidou (Netto; Braz, 2017).

O trabalho implica, pois, um movimento indissociável em dois planos: num plano subjetivo (idealizado pelo sujeito) e num plano objetivo (transformação material da natureza). Portanto, o trabalho constitui uma objetivação do sujeito que o efetua (Netto; Braz, 2017).

Dessa forma, o trabalho pelo qual o sujeito transforma a natureza transforma também o seu sujeito. Em apertada síntese, o ser humano é natureza historicamente transformada pelo seu trabalho que o caracteriza como ser social.

Nesse contexto, os capitalistas formam a classe dominante, e os trabalhadores, a classe dominada. E a produção na sociedade capitalista se dá porque capitalistas e trabalhadores entram em uma relação de complementaridade e contradição.

As classes sociais são compostas por indivíduos que têm interesses comuns e mantêm entre si uma relação de dominação (classes oprimidas e classes opressoras). Por isso, buscam permanentemente manter, ampliar ou romper esse estado. Quando há um conflito entre as classes na disputa pelo poder, fala-se em luta de classes (Gonçalves, 2021).

As classes sociais expressam as posições que os indivíduos ocupam no processo de produção e resultam da posse dos meios de produção.

Consoante Singer (2000), somente há capital quando o produtor direto perde o domínio dos seus meios de produção, perdendo, portanto, a propriedade do produto, que passa a ser do dono do capital que devolve uma parte do produto ao trabalhador a título de salário (trabalho assalariado).

Resta claro que o problema central é quem se apropria do capital, ou seja, se é ou não o próprio trabalhador. Para os marxistas, o capital é apropriado individualmente e sem que os apropriadores contribuam diretamente para o surgimento do produto.

Dessa forma, o capitalismo é um modo de produção baseado na divisão social do trabalho, na propriedade privada e no antagonismo de classes (Catani, 1985). A exploração, que é inerente ao acúmulo de capital, tem como condão transformar qualquer coisa em mercadoria – até mesmo a natureza –, cuja finalidade é a obtenção de lucro.

A produção está vinculada à distribuição e ao consumo dos bens criados pelo trabalho humano, ou seja, a ação do homem sobre a natureza) que possuem valores de uso, isto é, algo que tem a finalidade e a qualidade de satisfazer uma necessidade, para os membros da sociedade, porque, para que tais bens cumpram a sua função, eles devem ser distribuídos e consumidos (Netto; Braz, 2017).

Além disso, na sociedade capitalista, mais do que “valor de uso”, os objetos possuem um “valor de troca”, que se refere à quantidade de dinheiro que eles valem no contexto das relações comerciais do capitalismo.

Todavia, as relações que se estabelecem nas trocas dos valores de uso não se dão entre aqueles que produzem e aqueles que necessitam de um produto. Isso porque o produto não pertence àquele que o produziu, logo, a relação se dá entre as mercadorias (Paixão, 2023).

Assim, as relações sociais dos produtores aparecem como se fossem relações entre as mercadorias.

Diante disso, entende-se por “fetichismo da mercadoria” e “reificação do homem” que as mercadorias criam vida e o homem se torna uma “coisa”, um objeto, a força de trabalho que confere valor mercadoria (Lakatos; Marconi, 2022).

Essa forma fantasmagórica, esse poder autônomo que mercadorias parecem ter e efetivamente exercem em face dos seus produtores, Marx chamou de fetichismo da mercadoria. É no modo de produção capitalista que o fetichismo alcança a sua máxima gradação, pois as relações sociais tomam a aparência de relações entre coisas. Por isso mesmo, o fenômeno da reificação, sinônimo de coisificação, é uma forma de alienação, peculiar às sociedades capitalistas (Netto; Braz, 2017).

Em resumo, ocorre uma inversão: a mercadoria, criada pelas pessoas, aparece como algo que lhes é alheio e os domina; a criatura (mercadoria) revela um poder que passa a subordinar o criador (pessoas).

Ademais, segue lição de Marx (2013, p. 703):

Assim como na indústria urbana, na agricultura moderna o incremento da força produtiva e a maior mobilização do trabalho são obtidos por meio da devastação e do esgotamento da própria força de trabalho. E todo progresso da agricultura capitalista é um progresso na arte de saquear não só o trabalhador, mas também o solo, pois cada progresso alcançado no aumento da fertilidade do solo por certo período é ao mesmo tempo um progresso no esgotamento das fontes duradouras dessa fertilidade.

Diante da exploração predatória da natureza, as crises ambientais tornaram-se um problema inseparável do capitalismo.

Entretanto, a maneira como as pessoas tomam consciência dessa estrutura econômica da sociedade é diversa da maneira como realmente ela se apresenta, ou seja, a

forma como as coisas acontecem concretamente é diferente do modo como as pessoas percebem esses acontecimentos.

Para Marx, o termo “ideologia” designa um conjunto de representações produzidas pela prática social em estruturas sociais e modos de produção de uma determinada época e sociedade (Lakatos; Marconi, 2022).

A prática social produz representações que são aparências da realidade, isto é, uma representação falsa da realidade e errônea da história (Paixão, 2023).

A ideologia é, pois, uma “cortina de fumaça” que distorce a visão que os homens têm da realidade.

O capitalismo é a história da expropriação do trabalhador, que se tornou dependente do capitalista e numa relação encoberta pela ideologia.

Para Paixão (2023), a ideologia do sistema capitalista faz com que os trabalhadores naturalizem o fato de não serem donos dos meios de produção nem do fruto do trabalho, recebendo pelo trabalho executado um salário no final do mês, enquanto o capitalista fica com o lucro da produção, mas o trabalhador não percebe sua condição (alienação).

A alienação, que é a falta de consciência sobre os problemas da sociedade (Santos, 1986), cuida de perpetuar os interesses burgueses renovados, para atender novas demandas da humanidade.

Netto e Braz (2017) ensinam que a relação entre o criador e criatura, aparece invertida – a criatura passa a dominar o criador. Essa inversão caracteriza o fenômeno histórico da alienação, própria de sociedades marcadas pela divisão social do trabalho e pela propriedade privada dos meios de produção, sociedades nas quais o produto da atividade do trabalhador não lhe pertence, pois lhe foi expropriado (exploração do homem pelo homem).

O trabalhador vê a dominação a que está submetido como um fato natural, como se sempre fora assim. Essa falsa consciência é fornecida pela superestrutura jurídica e política.

No modo de produção encontra-se a estrutura (ou a base) econômica da sociedade, que implica a existência de todo um conjunto designado como superestrutura e que compreende fenômenos e processos extraeconômicos: as instâncias jurídicas, políticas, ideológicas etc. (Netto; Braz, 2017).

Outra característica do capitalismo: o dominado pensa com a cabeça daquele que o domina (Lakatos; Marconi, 2022).

Esse parece ser o caso do capitalismo verde!

A ideia proposta pelo capitalismo verde tenta harmonizar a exploração sustentável da natureza com interesses negociais (Cardoso, 2020). Desde a década de 1990, houve a criação, principalmente no plano internacional, de mecanismo que objetivam uma economia sustentável, por exemplo, o Protocolo de Quioto (1997).

Como criação do capitalismo verde, tem-se o mercado de carbono. Ele, em tese, objetiva limitar a emissão de gases nocivos ao ambiente por partes de empresas, sendo que, caso o limite seja ultrapassado, o país signatário do Protocolo de Quito pode impor sanções econômicas ao emissor (Silveira; Oliveira, 2021). Nesse sentido, verifica-se que o empresariado é onerado apenas financeiramente, ou seja, trata-se de “pagar para poluir” (Aquino; Cenci, 2019). Com efeito, o que ocorre é a mercantilização do problema ambiental.

Em verdade, historicamente, quando até a força de trabalho se converte em mercadoria, são dadas as condições para se mercantilizar o conjunto das relações sociais e não apenas de introduzir a lógica mercantil (compra e venda) nas relações econômico-materiais. Em outras palavras, as operações de compra e venda não se restringem a objetos e coisas, senão absolutamente tudo se mercantiliza (Netto; Braz, 2017).

Outro problema ocasionado pelo capitalismo verde é a invasão de terras indígenas. Comumente os projetos ecológicos, que são implantados em áreas degradadas, atingem também locais de vivência dos povos tradicionais, alterando o cotidiano deles e, até mesmo, nota-se o emprego de força física nos nativos que rejeitam a implementação do projeto em suas terras (Bonilha, 2014).

Em outras palavras, além do capital transformar as crises ambientais em mercadoria, viola os direitos indígenas.

### **3 CONCLUSÃO**

Diante do exposto, verifica-se que o capitalismo verde é contraditório em si, uma vez que as crises ambientais são geradas pelo próprio capital. A tentativa de conciliar uma exploração sustentável da natureza com os interesses burgueses apenas dissimula o

problema, posto que sanções econômicas são insuficientes para inibir a degradação ambiental, além da questão das terras indígenas.

Ante as violações ao meio ambiente, é insustentável cogitar soluções elaboradas pela burguesia, considerando que a degradação ambiental é causada pelo próprio capital. Portanto, há que se pensar na superação do capitalismo.

## REFERÊNCIAS

- AQUINO, A. L. A.; CENCI, D. R. Capitalismo verde e a sustentabilidade. *In: XXVII Seminário de Iniciação Científica - UNIJUÍ*, 2019, Ijuí. **Anais [...]** Ijuí: Salão do Conhecimento. Disponível em: <https://www.publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/view/12167/10840>. Acesso em: 18 fev. 2025.
- BONILHA, Patrícia. A última fronteira do capital?. **Conselho Indigenista Missionário – CIMI**. 2014. Disponível em: <https://cimi.org.br/2014/12/36782/>. Acesso em: 20 jan. 2025.
- CARDOSO, Pedro Miguel. A insustentável leveza do capitalismo “verde”. **E-cadernos CES**, n. 34, p. 173-186, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/pdf/5824>. Acesso em: 02 fev. 2025.
- CATANI, A. M. **O que é capitalismo?**. 18. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- GONÇALVES, Reinaldo. **Economia política internacional: fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2021.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Sociologia geral**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2022.
- MARX, K. **O capital** – Livro I: crítica da economia política. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- NETTO, Jose Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2017.
- PAIXÃO, Alessandro Ezequiel da. **Sociologia geral**. Curitiba, PR: Intersaberes, 2023.
- SANTOS, L. G. D. Alienação e capitalismo. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, [S. l.], v. 26, n. 3, p. 85-89, 1986. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rae/article/view/39067>. Acesso em: 13 jan. 2025.
- SILVEIRA, C. S. D.; OLIVEIRA, L. D. Análise do mercado de carbono no Brasil: histórico e desenvolvimento. **Novos Cadernos NAEA**, v. 24, n. 3, p. 11-31, 2021. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/238112/001137756.pdf?sequence=1>.  
Acesso em: 07 mar. 2025.

SINGER, Paul. **Curso de introdução à economia política**. 17. ed. São Paulo: Forense Universitária, 2000.

### **Contribuição dos autores**

Todos os autores contribuíram igualmente para o desenvolvimento deste artigo.

### **Disponibilidade dos dados**

Todos os conjuntos de dados relevantes para as conclusões deste estudo estão totalmente disponíveis no artigo.

### **Como citar este artigo (APA)**

Morais, M. M. de, & Elias, F. L. F. (2026). MARX E ECOLOGIA: UMA CRÍTICA AO CAPITALISMO VERDE. *Veredas Do Direito*, 23(4), e234956.  
<https://doi.org/10.18623/rvd.v23.n4.4956>